

Intervenção do Deputado Sérgio Ferreira
no período legislativo de Novembro de 2006.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

Mais milhão, menos milhão, e até concedemos que o dinheiro que está previsto investir em Santa Maria durante o ano de 2007, é suficiente.

O Governo, dando cumprimento ao seu programa eleitoral, lá vai concretizando algumas obras e, tudo estaria bem se com isto se conseguisse ir promovendo o desenvolvimento da ilha.

Mas, infelizmente, para Santa Maria, ou os milhões estão a ser aplicados noutra lado, ou então, não estão a ter os reflexos que seriam de esperar.

Em nossa opinião isto acontece porque a aplicação destes milhões, não tem realmente uma estratégia de desenvolvimento subjacente, ou seja:

Atiram-se milhões a tudo o que é problema, mas não se sabe realmente de que forma este dinheiro irá influenciar a

economia da ilha, nem sequer, se a ilha e os seus agentes económicos estão preparados para o absorver.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sra. e Srs. Membros do Governo

Da análise a este plano, o primeiro número que chama realmente à atenção é o relativo aos Sistemas de Incentivos e Apoio à Coesão, quatro milhões quinhentos e vinte e dois mil euros.

Lendo o Plano, os relatórios, as previsões e os objectivos que se pretendem alcançar, em nenhum lado se consegue descortinar o porquê desta verba.

Porque é que não são só 4 milhões, ou, por exemplo, 6 milhões?

Porque é que desce de 2006 para 2007 cerca de 1 milhão de euros?

Qual foi a aplicação dos 5 milhões de euros previstos para o ano corrente?

Quantos projectos é que foram aprovados?

Quantos postos de trabalho criaram?

Qual foi o reflexo destes montantes, na tão apregoada coesão?

Enfim, nada disto é explicado e a sensação que se fica é que no fim este dinheiro será certamente gasto mas, de certeza, que não em Santa Maria.

O problema Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo é que isto não vai lá, só com dinheiro e boas intenções, é preciso mais, exige-se uma estratégia de desenvolvimento que tenha em conta as especificidades da ilha e que integre e mobilize toda a sociedade mariense, caso contrario, a tendência, por muito paradoxal que isto pareça, será para piorar.

**Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Sr. Presidente
Sras. e Srs. Membros do Governo**

Falta confiança.

Os jovens não confiam porque sabem que muito dificilmente poderão, sequer, arranjar emprego na sua ilha;

Os empresários não confiam porque ano após ano, vêm os seus rendimentos a diminuir;

Os pescadores não confiam, porque o volume de pescado cada vez é menor e cada vez mais existem entraves à sua actividade;

Os agricultores não confiam, porque a política relativa ao gado de carne continua extremamente incerta;

Enfim, os Marienses não confiam porque realmente não têm, nem vislumbram, razões para confiar.

E sem confiança é muito difícil, ou até impossível que qualquer sociedade se desenvolva.

Portanto, há que pôr mãos à obra, juntar o Governo a Autarquia e a sociedade civil mariense e tentar perceber de que forma é que se conseguirá sair deste impasse a que parece que se chegou.

Outro dos factores que certamente afecta os níveis de confiança, em Santa Maria são as questões relacionadas com o Aeroporto.

Desde o início deste ano que se vive a novela do encerramento do aeroporto e, desde essa data, apesar do empenho do Governo Regional, que a ANA, S.A. anda a brincar com isto tudo.

A empresa vai prorrogando os “NOTAM”, numa atitude provocatória e até, em minha opinião, de afronta aos poderes públicos regionais;

A empresa, ao que se sabe, cancelou todos os investimentos que tinha para as áreas habitacionais, investimentos esses que eram fundamentais, principalmente, aqueles que diziam respeito ao saneamento básico, rede de águas e rede de estradas;

A empresa não respeita, nem parece querer respeitar, as decisões das entidades publicas regionais e locais, veja-se o caso da classificação como Património Cultural, da antiga Torre de Controle.

E tudo isto se passa, sem que o Governo dê uma explicação, ou informe minimamente os marienses daquilo que se está a

passar nas negociações que, entretanto, vai mantendo com a ANA.

Obviamente, que compreendemos que numa fase negocial é necessária alguma tranquilidade e algum sigilo, mas Srs. Membros do Governo, não custa e, até fica bem, dar alguma informação de como está a decorrer todo este processo.

Lembrem-se que estamos a falar de um dos maiores empregadores da ilha e que se algo corre mal, as consequências para Santa Maria poderão ser muito graves, além de que, esta empresa explora uma zona vital para o desenvolvimento da ilha, zona esta, que a cada dia que passa está mais abandonada e a carecer de uma intervenção.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sra. e Srs. Membros do Governo

A coesão não se consegue por decreto, e, certamente, não é com discursos inflamados que se conseguem combater as assimetrias existentes nos Açores.

É preciso que o Governo entenda que cada ilha tem as suas especificidades e que, portanto, só com políticas adequadas à sua realidade socio-económica é que verdadeiramente se poderá promover o desenvolvimento.

Só com uma estratégia que, por um lado, valorize aquilo que de positivo existe em cada ilha e, por outro, minimize aquilo que são os seus constrangimentos, é que se poderá promover de forma efectiva a coesão.

É necessário definir políticas que venham ao encontro das reais necessidades de cada parcela do nosso arquipélago, para que paulatinamente a confiança se instale e as pessoas acreditem que vale a pena lutar e ultrapassar os constrangimentos decorrentes da dimensão e do afastamento.

È este o grande desígnio de quem governa os Açores, deverá ser este o objectivo principal da acção governativa e só assim, de certeza, é que se conseguirá corresponder às legítimas expectativas de quem escolheu estas ilhas para viver.

Disse.